

## EDITORIAL

A 11<sup>a</sup>. edição da revista **Direitos, Trabalho e Política Social** apresenta a temática da dinâmica capitalista e a saúde pública no Brasil atual: lutas e desafios, com a publicação de artigos e temas livres que gravitam neste universo da Política Social e dos Direitos do trabalho e do trabalhador.

Esta edição, em especial, traz as marcas do seu tempo: a pandemia da COVID-19 e a precarização das condições de trabalho resultado das reformas trabalhistas e previdenciárias empreendidas nos últimos anos no Brasil em consequência do avanço do protagonismo do projeto neoliberal desenvolvido no país.

Nos artigos são demonstradas, de forma incontestes, as implicações do agravamento nas condições de vida do trabalhador, seja nas condições do trabalho propriamente dito, como nas condições de proteção social potencializadas com a recente pandemia de COVID-19. A nova forma de convivência com a necessidade do distanciamento social em função do alto risco de contaminação desencadeou uma série de efeitos principalmente nas relações trabalhistas, demonstrando a necessidade de uma ação mais atuante do Estado que se encontrava em franca retração.

A atualidade da pandemia de COVID 19 trouxe à baila a discussão da necessidade do fortalecimento da Política Social de Saúde para o conjunto da sociedade expondo as fragilidades do seu abandono e sucateamento, assim como a necessidade do fortalecimento da Política de Assistência Social diante da vulnerabilidade em que se encontra grande parcela da população.

Antenada com seu tempo histórico a Revista Direitos, Trabalho e Política Social convida à reflexão com múltiplos enfo-

ques da dinâmica capitalista e à saúde pública no Brasil atual: lutas e desafios.

O artigo que abre a Revista de autoria de Renan Bernardi Kallil, intitulado **Essencial e Precário: O Direito à Saúde, os Entregadores Via Plataformas Digitais e a Covid-19**, apresenta investigação sobre a expressão jurídica do direito à saúde dos entregadores via plataformas digitais. Com o objetivo de analisar a existência do direito à saúde dos entregadores de empresas de entrega proprietárias de plataformas digitais, *UberEats*, *Rappi* e *IFood*, independentemente da caracterização do vínculo empregatício. A partir da hipótese que o direito à saúde desses trabalhadores exige o cumprimento de determinadas obrigações pelas empresas, ainda que não identificada a relação de emprego. Com o método analítico-descritivo, aborda como se manifesta o direito à saúde para os trabalhadores, subordinados e autônomos. Para tanto, examina os instrumentos internacionais de direitos humanos, a legislação nacional e o posicionamento das instituições públicas trabalhistas, como a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho.

De autoria de João Victor Maciel de Almeida Aquino, Fabiano Diniz de Queiroz Pilate e Ynes da Silva Félix, o artigo **Uberização do Trabalho e os Riscos à Saúde dos Entregadores por Aplicativo Frente à Pandemia da Covid-19** discute a partir de uma análise da conjuntura como a recente pandemia de COVID-19 desencadeou uma série de efeitos na área do trabalho. A necessidade do distanciamento social e o alto risco de contaminação aos trabalhadores inviabilizaram, em muitas situações, a manutenção da prestação do trabalho da forma tradicional, ou seja, presencial. Nesse contexto, temos uma parcela de trabalhadores, que no Brasil, cresce

cada vez mais, os informais, que tiveram seus rendimentos drasticamente afetados. Dentre esses, existe um espectro de trabalhadores informais ainda mais vulnerável, os uberizados, e é sobre eles que trata a presente pesquisa. Estes trabalhadores prestam seu trabalho através de aplicativos, como *UberEats*, *Rappi*, *IFood*, que se popularizam nos últimos anos. A ausência de proteção jurídica, tendo em vista o não reconhecimento de vínculo de emprego, faz com que recaia diretamente sobre esses trabalhadores os riscos em saúde que decorram do exercício de sua atividade na pandemia. Assim, o presente trabalho busca analisar de que forma o trabalho uberizado, cuja principal característica é a autonomia na prestação do trabalho, sem qualquer proteção social garantida pelo tomador ou usuário do serviço, incorre em riscos à saúde do trabalhador durante a pandemia do COVID-19.

A autora Maria Luzinete Alves Vanzeler apresenta o artigo intitulado **Terapia Combinada Cognitivo-Comportamental (TCC) e Psicofarmacoterapia no Tratamento da Depressão**, escrito em língua inglesa, que oferece como objetivo investigar a terapia combinada, cognitivo-comportamental (TCC) e psicofarmacoterapia no tratamento da depressão, com a realização de uma revisão bibliográfica, buscando trabalhos originais, revisões e metanálises, em periódicos indexadas e livros textos especializados. A combinação destas terapias tem sido a *primeira escolha no tratamento da depressão em pacientes ambulatoriais, e em pacientes internados em estado grave de depressão*. Já o uso isolado de antidepressivos está sujeito ao abandono da terapia em consequência dos efeitos colaterais. A combinação de tratamento aumentou a adesão e reduziu a taxa de abandono. A *TCC como tratamento*

*único ou combinada com medicamentos, mostrou eficácia superior a psicofarmacoterapia, isoladamente. A TCC tem se mostrado essencial no tratamento de pacientes com depressão crônica e com histórico de traumas na infância.*

As autoras Catharina Lopes Scodro e Olívia de Quintana Figueiredo Pasqualetto **Quem liga para os Trabalhadores em Telemarketing? Análise da (Des)Proteção Jurídica frente à Pandemia** proporcionam um olhar a partir dos impactos da Revolução Tecnológica no cenário global dos setores de informática e telecomunicações que repercutiram no seio das relações de trabalho, considerando a ampliação da produção e do setor de serviços, oportunizando a *taylorização* do trabalho dos teleatendentes. Assim, com base no método de pesquisa dedutivo e na técnica de pesquisa bibliográfica, o presente estudo analisa a atividade laborativa do setor de *telemarketing*, sob a tutela jurídica prevista e as implicações da procedimentalização da atividade para os trabalhadores e para o meio ambiente do trabalho e as atualidades do tema, sobretudo em relação ao reconhecimento da atividade como essencial durante a pandemia internacional e o estado de calamidade pública de COVID-19 no Brasil em 2020.

Com a autoria de Flávia Lorena Brito, Cristiano Apolucena Cabral e Edson Caetano, o artigo **Saúde, Trabalho e Educação em Comunidades Tradicionais da Baixada Cuiabana** traz o aspecto local da temática desta revista, como parte das pesquisas do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação (GEPTE), que está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). As reflexões apresentadas partem do materialismo histórico e dialético enquanto

método e de elementos da pesquisa participante. O objetivo é analisar e apresentar o potencial de valorização da saúde na produção ampliada da vida em comunidades tradicionais e a possibilidade da superação das explorações, expropriações, da inferiorização da mulher e da mercantilização da doença, tão essenciais nas relações de produção capitalistas. Esta produção ampliada da vida se contrapõe aos imperativos da lógica do capital, os quais adoecem as pessoas e a natureza com a sua exploração, alienação e utilização de insumos químicos e agrotóxicos.

As autoras Elisangela do Nascimento Covre Silva, Klindia Ramos Barcelos e Maristela Dalbello-Araujo apresentam o artigo **Comunidades Terapêuticas: retrocesso na Política de Saúde Mental**, que tem por objetivo discutir as atuais tendências da Política de Saúde Mental no Brasil, com o intento de evidenciar os retrocessos desta política sobretudo no que diz respeito à abordagem aos usuários de álcool e outras drogas. Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica. Ressalta que a inclusão das Comunidades Terapêuticas, como integrante da rede de assistência, contraria os princípios da desinstitucionalização e da reabilitação psicossocial preconizados pela Lei nº 10.216/2001 e privilegiam intervenções pautadas em elementos técnicos e ideológicos que não são compatíveis com um Estado laico e um sistema de saúde baseado em evidências científicas. E defende que o repasse de verbas para serviços privados configura-se como uma privatização gradual e sistemática do Sistema Único de Saúde.

As autoras Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira e Íris Maria de Oliveira apresentam o artigo **As Particularidades do Trabalho dos Motoboys no Contexto Brasileiro**, que aborda a precarização

do trabalho dos motoboys no Brasil, cujo objetivo é realizar uma discussão acerca dos trabalhos produtivo e improdutivo, estabelecendo mediações para compreender as particularidades desta atividade profissional, necessária à reprodução social. Para tanto, pauta-se na perspectiva do materialismo-histórico dialético. Compreende-se que esta categoria profissional compõe a superpopulação relativa contemporânea e está submetida às novas formas de subsunção real do trabalho ao capital, cuja principal expressão se dá através da “uberização do trabalho”. Portanto, a submissão dos motoboys aos aplicativos de entrega escamoteia uma relação de subordinação, a qual estabeleceria a veracidade de firmar um emprego formal e os direitos a ele pertinentes.

A autora Dulcely Silva Franco apresenta o artigo **Saúde do Trabalhador e Equilíbrio Labor-Ambiental: Direitos de Deveres de Proteção** que trata dos deveres de proteção que recaem sobre o Estado e sobre os empregadores à proteção da saúde dos trabalhadores e ao equilíbrio do meio ambiente do trabalho. Com o objetivo de discutir os fundamentos normativos e teóricos acerca desses deveres, com enfoque na Teoria da Eficácia Direta e Imediata dos Direitos Fundamentais que norteia a questão no Brasil e se adequa à realidade nacional de profunda desigualdade socioeconômica. Como também, expor as bases jurídicas e doutrinárias dos direitos à saúde e ao equilíbrio labor-ambiental e apresentar a doutrina dos deveres de proteção a esses direitos fundamentais. A conclusão é a de que tanto o Estado quanto os empregadores devem defender e proteger a saúde dos trabalhadores e o equilíbrio labor-ambiental.

As autoras Lucineia Soares da Silva e Rebecca Kerina Soares de Jesus, trazem a discussão do financiamento com o artigo

**A Renúncia Fiscal no Governo Blairo Maggi e o Impacto no Financiamento do Sus**, em língua espanhola, e apresentam a partir da Tese - Mato Grosso: “celeiro do mundo”. Um estudo sobre as relações de poder e as implicações nas políticas públicas”, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, em parceria com a UNEMAT. Apresenta as consequências a partir das relações de poder constituídas e que tiveram como resultado a Lei 7958 de 2003, que instituiu o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso (Renúncia Fiscal) no financiamento do SUS. O objetivo foi identificar as perdas de receita do SUS a partir da política de renúncia fiscal do governo Blairo Maggi. Na abordagem quantitativa, analisaram-se valores renunciados. A receita renunciada em virtude da lei impacta diretamente no financiamento da saúde por possuir vinculação de receita garantida pela Constituição Federal. O financiamento do SUS é duplamente prejudicado quando uma política de renúncia tributária é instituída pelo Estado ao considerarmos que possuem, em um imposto indireto e regressivo, sua maior fonte de receita, o ICMS.

As autoras Déborah Barbosa Camacho e Waleska Malvina Piovan Martinazzo apresentam em língua inglesa, **o artigo Da Escravidão Colonial à “Condição Análoga A De Escravo”**: Uma Análise do Amadurecimento Histórico, o tema do trabalho escravo no Brasil e envolve, também, a análise crítica das origens das figuras influenciadoras do trabalho escravo em nosso país. Destaca as principais características da escravidão colonial brasileira, passando pelos contratos de Parceria, Colonato, Aviamento, Peonagem, analisando tais institutos e demonstrando como o trabalho escravo estabeleceu as suas nuances próprias no contexto regionalizado da

economia, sociedade e política brasileira delineando o crime de redução à condição análoga a de escravo. O artigo em questão é fruto de pesquisa em que se adotou o método dedutivo e das técnicas da pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e histórica. O presente texto projeta uma crítica às políticas públicas inefetivas para erradicar o trabalho escravo no país, vislumbrando, por fim, que tal escopo apenas será alcançado acaso a iniciativa privada se envolva genuinamente neste processo.

A autora Amanda Bezerra Carvalho apresenta o artigo **Comentários sobre a Modalidade de Contrato de Trabalho Intermitente no Brasil**, que tem por escopo retratar a modalidade de contrato de trabalho intermitente no Brasil, instituída a partir da Lei nº 13.467/2017, comumente conhecida como Reforma Trabalhista, que envolve alterações na forma de contratação, habitualidade, jornada de trabalho, salário, verbas trabalhistas e previdência social. O desenvolvimento da pesquisa aborda o direito comparado, retratando as experiências estrangeiras enquanto recorte para a construção desta modalidade de contrato e no que consistem as especificidades do trabalho intermitente no Brasil, traçando dados secundários do período de novembro de 2017 a julho de 2019. O resultado da pesquisa afirma que a Lei nº 13.467/2017 viola princípios constitucionais e de Direitos Humanos, enfraquecendo os direitos trabalhistas dessa categoria profissional.

De autoria de Gabriel Anizio Caldas, Giordanna Laura da Silva Santos e Adeblônio Oliveira Dias o artigo **Os Limites ao Poder Diretivo Patronal no Sistema Capitalista Pautados na Dignidade da Pessoa Humana e no Valor Social do Trabalho** analisa se a legislação laboral define os requisitos essenciais para a configuração do



vínculo empregatício, dentre os quais a subordinação, que alicerça o poder diretivo do empregador, cujo qual se manifesta através do poder de organização, controlador e disciplinar. Todavia, referido poder não é absoluto, possuindo como limites os direitos fundamentais as cláusulas contratuais, normas coletivas e princípios, como a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho, com objetivo de garantir harmonia e direitos fundamentais. Dessa forma, o presente trabalho irá analisar, a partir de pesquisa bibliográfica, como esses limites repercutem na esfera trabalhista para garantir melhores condições de trabalho e sociais aos empregados.

Nos **TEMAS LIVRES** esta edição apresenta ainda três artigos com temas relevantes para os Programas de Pós-Graduação em Direito e em Política Social, que dialoga com a temática principal da Revista na medida que também enfoca a situação da classe trabalhadora sob diversos aspectos.

De autoria de Landial Moreira Junior e Norma Sueli Padilha, este artigo **O Princípio de Proteção do Trabalhador e a Redação do Item II Da Súmula 448 Do TST: A Corte Trabalhista Legislando?** Versa sobre como a Corte Trabalhista consolidou sua jurisprudência no sentido de que a higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, pois incidiria, no caso, o disposto no Anexo 14 da Norma Regulamentadora nº 15, da Portaria nº 3.214/78 quanto à “coleta e industrialização de lixo urbano”. No entanto, muito se discute acerca dessa nova roupagem conferida a Súmula 448. Em que pese posicionamentos contrários, onde acusam o TST de ativismo judicial, entendemos que sua interpretação está em consonância com a Teoria

da Integridade do Direito, criada por Ronald Dworkin, onde se afasta a discricionariedade do magistrado e propõe uma interpretação jurídica observando-se o conjunto de regras e princípios, pautada pela busca de soluções mais justas e adequadas para os conflitos. Ademais, imperioso lembrar que o princípio de proteção do trabalhador surgiu da verificação de uma desigualdade fática entre os dois polos da relação de emprego. Nesse sentido, a finalidade do direito do trabalho de solucionar os conflitos nas relações trabalhistas é alcançada através do tratamento diferencial das partes, proporcionando uma interpretação mais benéfica ao empregado.

As autoras Soraide Isabel Ferreira e Janaina Carvalho Barros apresentam o artigo sobre **O exercício profissional das Assistentes Sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT**, que tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre o exercício profissional das Assistentes Sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso: demandas sociais e respostas profissionais. Os resultados demonstram que o tempo dedicado ao processo de conhecimento e sistematização sobre a realidade com a qual se trabalhará é dividido com o volume de demandas excessivas para o número de profissionais disponíveis. Isso leva a uma tendência de aligeiramento e superficialização que termina por restringir a intervenção ao atendimento de demandas emergenciais, sem a devida problematização, o que prejudica a análise sob a ótica da dimensão coletiva, assim como o avanço no desenvolvimento das ações socioeducativas.

Os autores Yan Carlos Nogueira e Leonardo Moreira dos Santos, apresentam o artigo **Fundo Público, Internacionalização Financeira e Disputa Pelo Orçamento Estatal** que busca relacionar os debates

acerca da função do Fundo Público com as mudanças do capitalismo contemporâneo, sobretudo em seu aspecto de financeirização. Utiliza-se da metodologia de revisão de literatura com base em pesquisa sobre o tema. Para tal, está dividido em duas partes, na primeira desenvolve-se as características centrais do Fundo Público, sua importância para o desenvolvimento capitalista e seu caráter de campo de batalha entre as classes sociais. A segunda apresenta os determinantes históricos que propiciaram a hegemonia do financismo e como este têm atuado na apropriação do fundo público no capitalismo contemporâneo. Conclui-se que, em vista da ofensiva neoliberal sobre a classe trabalhadora, os direitos e as políticas sociais, a disputa desses espaços passa pela reorganização da classe trabalhadora não só nas esferas do Estado, mas sobretudo fora delas.

**Liliane Capilé Charbel Novais**